

AS REACÇÕES AO ULTIMATUM NOS AÇORES

por
MARIA ISABEL JOÃO *

O grande clamor nacionalista que se levantou no continente contra o *Ultimatum* britânico, de 11 de Janeiro de 1890, não teve forte eco nos Açores. As reacções foram escassas e, sobretudo, pouco vigorosas.

Alguns anos mais tarde, o republicano e autonomista Eugénio Pacheco, fazendo o balanço dessas reacções, afirma que apenas em Angra houve algum movimento de protesto patriótico, ao passo que na Horta e em Ponta Delgada não chegou a produzir-se uma manifestação popular ¹.

A imprensa local começou a noticiar os acontecimentos ainda em Janeiro, numa época em que as ligações com o continente eram quinzenais. Durante os meses seguintes, continuaram a publicar-se alguns artigos patrióticos dos redactores açorianos e, sobretudo, muitas transcrições da imprensa continental. Mas a forma como, nas três capitais de distrito, se manifestou o desagrado pela política britânica teve expressões diferentes. Por isso, e porque realmente havia diferenças significativas na situação das ilhas de que faziam parte, vamos falar, em primeiro lugar, de S. Miguel e, depois, da Terceira e do Faial, procurando ressaltar as particularidades e os problemas comuns.

*
* *

* Universidade Aberta (Lisboa).

¹ *O Preto no Branco*, Ponta Delgada, 17 de Dezembro de 1896.

Em Ponta Delgada, destacavam-se os jornais progressistas pela campanha que procuravam mover contra a Inglaterra, enquanto os regeneradores, então no governo, se mostravam mais discretos. Por exemplo, o *Novo Diário dos Açores* tomou posição, de forma inequívoca, contra a Aliança Inglesa² e divulgou a ideia de fechar o mercado nacional e local aos britânicos como represália³. Ao mesmo tempo, noticiava as poucas iniciativas das outras cidades açorianas, talvez na expectativa de entusiasmar os conterrâneos, e fazia apelo a contributos para a subscrição aberta na alfândega de Ponta Delgada, cujo objectivo era tanto a defesa como, nas palavras do articulista, a «desafronta nacional»⁴.

Os estudantes do liceu de Ponta Delgada constituíram uma comissão, correspondendo ao apelo dos colegas do continente, entretanto organizados na Liga Patriótica dos Estudantes Portugueses. Mas, depois do entusiasmo das primeiras reuniões, a comissão esmoreceu sem ter conseguido realizar o «prestito pelas ruas da cidade, dando vivas a Portugal com o fim de exaltar os animos do povo e fazer despoletar o patriotismo», nem tão pouco as conferências por não haver comparência de público⁵.

Aliás, é muito significativa a resposta da Associação Comercial de Ponta Delgada à circular da comissão de estudantes, solicitando auxílio para o «bom exito d'esta cruzada patriótica e civilisadora». Depois de manifestar o regozijo da direcção pelo empenho da mocidade na defesa da honra nacional, remete-se a uma posição cautelosa, rejeitando, por um lado, a feição radical e de contestação ao regime monárquico que o movimento vinha tomando no continente e, por outro, apostando na salvaguarda das boas relações comerciais com a Inglaterra:

— «Todavia, apparecendo nos jornaes do Continente, dos mais authorisados a nota de desconfiança de que as expansões da senti-

² *Novo Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 10 de Fevereiro de 1890.

³ *Idem, ibidem*, 8 de Março de 1890.

⁴ *Idem, ibidem*, 24 de Março de 1890.

⁵ «Actas das Sessões celebradas pela Comissão Michaelense Sucursal da Liga Patriótica dos Estudantes Portugueses», integradas no espólio do Dr. Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara, cuja consulta agradecemos à Dr.^a Margarida Vaz do Rego Machado.

mentalidade popular se vão transviando da religiosa fé patriótica que as inspirou; e dando-se, como se dão especiaes condições de harmonia economica entre esta Ilha e a Inglaterra, que não é menos patriótico evitar que se perturbem por quaesquer represalias, a Direcção da Associação Comercial, considera como melhor conselho de prudencia abster-se de, n'este grave momento historico, de iniciar ou tomar parte em manifestações de muito contestavel utilidade local.»⁶

No final do mês de Março, os progressistas micaelenses mostravam-se descontentes com os fracos resultados da campanha feita na imprensa. No *Correio Michaelense* lamentavam que a ilha de S. Miguel estivesse «muito atrazada no movimento alastrado por todo o paiz contra a Inglaterra» e desabafavam nestes termos: «parece que nos desinteressamos da causa patriótica; que já não somos ciosos da Honra e da integridade da nação»⁷. De facto, os interesses locais falaram mais alto naquele momento.

A única explicação que o articulista encontrava para tal atitude eram as graves razões de queixa dos micaelenses contra os governos, o que o leva a afirmar que «não há mal que não nos toque e os beneficios vêm coados pela mais estreita malha da ... liberalidade governativa»⁸. Iam ainda mais longe e falavam de «grave iniquidade, de surda improvidência, de odioso desprezo a lamentar».

De modo geral, os açorianos atribuíam as causas do atraso sócio-económico das ilhas ao desinteresse do poder sediado em Lisboa. Por isso, reivindicavam as medidas políticas consideradas necessárias para o desenvolvimento dos Açores, onde tinham lugar destacado a construção de infra-estruturas tais como portos artificiais, iluminação das costas, estradas, canalizações, etc., etc. Um vasto rol de necessidades que não era diferente daquele que apresentavam outras regiões, igualmente carenciadas, do país.

Vale a pena referir a propósito o caso paradigmático da construção do porto artificial de Ponta Delgada que foi motivo, durante séculos, de acesa disputa entre os interesses locais e o poder central. Parecem

⁶ Carta da Associação Comercial de Ponta Delgada, de 21 de Fevereiro de 1890, integrada no espólio citado na nota anterior.

⁷ Cit. *Novo Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 24 de Março de 1890.

⁸ *Idem, ibidem*.

datar de meados do século XVI as primeiras representações pedindo a construção de um molhe ou doca. Pois, só em 1861 foi lançada a primeira pedra para a sua realização, depois de infindáveis diligências das autoridades locais e com a garantia que o financiamento para as obras seria obtido através de impostos especiais lançados sobre a importação e a exportação da ilha. A doca era uma das necessidades mais prementes para a segurança das navegações e o comércio com o exterior. Contudo, as obras progrediram lentamente durante oitenta anos, lutando contra a fúria do mar e a frequente escassez de capitais. E os micaelenses, que tanto tinham reclamado um porto condigno, não deixavam de frisar que a sua construção só tinha sido possível à custa do sacrifício exigido ao comércio local.

A ilha de S. Miguel com 46,4% da população total do arquipélago, em 1890, destacava-se das restantes pelo valor relativamente elevado da respectiva produção agro-industrial e comércio. Desde a primeira metade do século até meados da década de setenta, a economia e a prosperidade da ilha assentaram na produção e exportação da laranja para os mercados britânicos.

Nos anos áureos do chamado «ciclo da laranja», praticamente metade do número total de caixas do dito citrino, importadas pelos quatro principais portos da Inglaterra, eram provenientes dos Açores⁹. A ilha de S. Miguel contribuiu, entre 1833-1870, com 82% do total da laranja embarcada do arquipélago, numa média anual de 140 000 caixas, em números redondos¹⁰. A Terceira ficava a grande distância com 14% do total da laranja exportada, nesse período, e uma média anual de 23 075 caixas. Enquanto a ilha do Faial tinha um peso irrisório, participando com 4% da referida exportação, e 6 232 caixas, em média por ano.

A produção e a exportação de laranja foi não só a base da economia micaelense durante várias décadas como a principal fonte de enriquecimento para a burguesia e a aristocracia local. Fizeram-se

⁹ *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes (1856-1866)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857-1868.

¹⁰ Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Cosmos, 1991, p. 102.

fortunas avultadas, construíram-se palácios e jardins, procurou-se imitar o estilo britânico nas casas e nos gostos.

Não só os frequentes contactos com a Inglaterra impunham uma grande admiração pelas realizações e pelo desenvolvimento do império de Sua Majestade Britânica, também a presença de uma comunidade inglesa, relativamente importante para o meio, contribuía para estreitar os laços. Entre 1829-1901, constam dos registos de baptismo da capela protestante de S. Jorge trinta e duas famílias inglesas e é possível que não sejam exaustivos¹¹. Tratava-se, na esmagadora maioria, de comerciantes atraídos pelo comércio da laranja, pelo menos até ao início dos anos setenta.

Uma actividade duplamente arriscada, porque se utilizava o processo de comprar a fruta ainda na árvore e por causa da viagem por mar até aos portos de destino, mas com lucros bastante compensadores. Por isso, se numa primeira fase, os capitais locais se mostraram um pouco avessos a arriscar em empresa tão perigosa, em 1860, já se registavam vinte e cinco casas exportadoras, na maior parte portuguesas¹².

A riqueza gerada pelo negócio da laranja e o convívio com os estrangeiros contribuíram para o florescimento de uma geração com preocupações culturais e, particularmente, interessada no progresso da sua terra. Ao espírito de iniciativa desses homens se ficaram a dever algumas realizações de vulto e um dinamismo que fez da segunda metade do século XIX um dos períodos mais interessantes e ricos da história micaelense.

Ora o afã de progresso dessa gente esbarrava, por um lado, com as deficiências estruturais e os limites inerentes à situação insular e, por outro, com a incapacidade dos governos para promoverem políticas capazes de criar alternativas viáveis de desenvolvimento.

Desde que a meados da década de setenta, se verificou a ruína do comércio da laranja, devido às doenças dos pomares e à progressiva baixa do preço nos mercados britânicos, evidente desde o início

¹¹ A. A. Riley da Motta, «Das Colónias Estrangeiras em S. Miguel nos Séculos XIX e XX», in *Insulana*, vol. XV, Ponta Delgada, 1.º semestre de 1959, pp. 33-48.

¹² Francisco Maria Supico, *Almanaque do Arquipélago dos Açores, Estatístico, Histórico, Recreativo e Noticioso para 1865*, Ponta Delgada, Tip. da Persuasão, 1864.

dos anos sessenta, a sociedade micalense viveu um período de grave crise, cuja expressão mais imediata era o aumento da emigração. O número daqueles que partiam de Ponta Delgada triplicou entre o último quinquénio da década de setenta e o primeiro da seguinte: se entre 1876-1880 emigraram, em média anualmente, 897 pessoas, nos cinco anos seguintes a média elevou-se para 2 761 indivíduos¹³. Basicamente, os ilhéus deixavam a sua terra em busca de melhores condições de vida ou, para sermos ainda mais precisos, à procura dos meios de sobrevivência que escasseavam na ilha.

No último quartel do século, não só os menos afortunados procuravam ocupação, os capitais micalenses também desejavam encontrar sectores onde o investimento pudesse ser rentável. É nesse contexto que se explicam as tentativas feitas para desenvolver indústrias que pudessem aproveitar as matérias-primas e a mão-de-obra local, geralmente pouco qualificada, e dispor do mercado insular e nacional, destacando-se os tabacos e o álcool industrial. Mas ambas encontraram forte oposição de interesses económicos instalados no continente e uma atitude política dúbia, hesitante, oscilando ao sabor do momento, por parte dos governos.

A indústria dos tabacos, onde se investiram importantes recursos, ficou reduzida ao mercado açoriano que não excedia o consumo de 150 000 quilos, devido à criação da *régie*, em 1888¹⁴. Enquanto, no início dos anos noventa, as grandes batalhas em torno da indústria do álcool ainda mal tinham começado. Foi, em 1891, com a publicação da Lei de Meios, que autorizava o governo a adjudicar o exclusivo do fabrico e rectificação do álcool e da aguardente industrial, que se desencadearam os agudos conflitos de interesses entre os Açores, especialmente entre a ilha de S. Miguel, e o continente. Um crescendo de agitação e de contestação do poder central conduziu às reivindicações autonomistas e aos primeiros projectos no sentido de um estatuto descentralizador para os distritos açorianos, entre 1892-1894.

No curto espaço de uma década, a economia micalense tinha-se reconvertido e, justamente em 1890, 75 % do valor total das exporta-

¹³ *Anuário Estatístico de Portugal*, 1884, 1886, 1890, pp. 51 e 55, 157, 35, respectivamente.

¹⁴ *Representação do Povo Micalense*, Ponta Delgada, Julho de 1891, p. 3.

ções era de álcool industrial para o mercado do continente¹⁵. A agricultura dependia fortemente dessa indústria porque o álcool era destilado da batata-doce e, em menor escala, do milho produzido na ilha. Nas outras ilhas do arquipélago, a indústria do álcool não chegou a desenvolver-se, excepto na Terceira onde ainda teve alguma importância económica.

A ilha de S. Miguel produzia também géneros agrícolas e bens destinados, sobretudo, ao abastecimento local, como cereais, leguminosas, hortícolas, vinho de fraca qualidade e artigos artesanais. Desenvolveram-se, além destas produções destinadas à subsistência, outras para colocar nos mercados exteriores, como o chá, a espadana e o ananás, cuja exportação adquiriu valor mais significativo para o final do século.

A nota mais importante que é preciso reter sobre a economia açoriana, de que S. Miguel é o exemplo mais destacado, diz respeito à sua fragilidade e dependência. O sistema de monocultura para exportação, geralmente dominante ao longo da sua história, torna as ilhas muito dependentes dos mercados exteriores, onde concorrem em condições duplamente desvantajosas, devido tanto ao atraso das respectivas economias como ao encarecimento das mercadorias provocado pelo transporte marítimo à distância.

Por outro lado, o reduzido mercado local não constitui uma alternativa para o desenvolvimento dos Açores, funcionando antes como um entrave a ser tido em conta pelos investidores. As populações e, em particular, a pequena elite político-económica local sentem duramente as dificuldades resultantes dessa situação.

O termo insularidade, vulgarizado pelo debate político dos últimos anos, tem sido utilizado para caracterizar essa realidade, mas de uma forma geral com pouca propriedade. O problema da limitação do mercado e do transporte à distância das mercadorias não é específico nem tão pouco característico da condição insular. Com mais rigor podemos defini-lo como um fenómeno típico das chamadas «economias periféricas» e nessa perspectiva, numa escala de gran-

¹⁵ «Representação da Câmara Municipal de Ponta Delgada», in *Copiadores de Correspondência*, vol. V, Fundo Raposo do Amaral, S.D.U.A.

dezas obviamente diferente, o problema dos Açores é também comum ao resto do país.

Por isso, o verdadeiro problema do arquipélago reside no facto de ser periferia de um país já de si periférico e de não dispor, no final do século XIX, de alternativas de desenvolvimento que não passassem pela dependência em relação ao continente. Enquanto a exportação da laranja para a Inglaterra assegurou elevados rendimentos para uma minoria e a sobrevivência da maior parte da população, não se registaram confrontos importantes com o poder central. Logo que essa fonte de rendimento decaiu e se desenvolveram indústrias dependentes do mercado nacional, o choque com interesses instalados no continente era inevitável e, por conseguinte, com o poder central, muito mais próximo deles, e não só em sentido físico.

Deste modo, vários factores se conjugaram para que os micaelenses se sentissem pouco motivados pelo problema dos limites territoriais do Império português, em África. Uma questão longínqua e tanto mais distante quanto põe em causa territórios praticamente desconhecidos.

A descontinuidade territorial e a distância, associadas à relativa dificuldade e morosidade das comunicações, amorteciam o efeito das notícias, nos Açores. Numa altura em que ainda não estava instalado o cabo telegráfico, inaugurado somente em 1893, a ligação com o continente fazia-se quinzenalmente com as principais ilhas, através dos vapores da Empresa Insulana, e a imprensa local era obrigada a relatar os acontecimentos com bastante atraso. Por isso, e ainda por causa do que Antero de Quental chamou um ambiente «estagnadamente provincial», as tormentas políticas desencadeadas no continente não passavam, ali, de «vaga névoa no horizonte», no dizer do poeta¹⁶.

É preciso acrescentar a este quadro, as relações económicas de S. Miguel com a Inglaterra, já referidas anteriormente. Ainda nesse ano, em Novembro, o jornal *A Persuasão*, de tendência regeneradora, saiu à liça contra o «anglo-fobismo», em moda depois do *Ultimatum*,

¹⁶ Cit. José Bruno Carreiro, *Antero de Quental, Subsídios para a sua Biografia*, 2.^a ed., vol. II, Ponta Delgada, 1981, p. 269.

¹⁷ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 27 de Novembro de 1890.

dizendo que os interesses micaelenses estavam «secularmente identificados com a Inglaterra»¹⁷.

O referido jornal, redigido por um continental que se tinha fixado em Ponta Delgada, bastante lido e expressivo de importantes sectores da opinião pública local¹⁸, já tinha assumido uma posição bastante singular quando se discutiu a possibilidade da União Ibérica, em final dos anos sessenta. Num artigo, sugestivamente intitulado *A Ideia da União Ibérica sob o Ponto de Vista Açoriano*, opõe-se ao projecto, apoiando-se no «nefasto» exemplo do domínio filipino, e defende que aos açorianos conviria mais o protectorado britânico ou dos Estados Unidos¹⁹.

Uma posição perfeitamente natural que decorre tanto da inserção atlântica dos Açores como das ligações históricas que foi tecendo com essas potências marítimas. Por isso, e talvez não deixe de ser importante lembrá-lo agora, geralmente quando no continente se desenhavam tendências iberistas ou de aliança com potências continentais desencadeavam-se forças centrífugas, nos Açores. O facto de Portugal ser um país insular e atlântico acarreta-lhe dificuldades acrescidas para garantir o necessário equilíbrio nacional.

Não admira, portanto, que o *Correio Michaelense* e o *Novo Diário dos Açores*, desempenhando a nível local o papel de correia de transmissão dos sentimentos anti-britânicos, não suscitassem grande entusiasmo nos seus conterrâneos. Além disso, a alternativa à Velha Aliança seria a Espanha, o que ainda provocava menos adesão, em S. Miguel e nas restantes ilhas²⁰.

*
* *

Se a questão do *Ultimatum* passou pouco mais do que despercebida na ilha de S. Miguel, na Terceira motivou algumas reacções mais concordantes com o clime geral que se vivia no país. A imprensa

¹⁸ Ernesto do Canto diz sobre este jornal: «Defende a politica regeneradora, e tem sido sempre um dos mais bem escriptos jornaes michaelenses», *Archivo dos Açores*, vol. VIII, p. 512.

¹⁹ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 10 de Fevereiro de 1869.

²⁰ *Novo Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 24 de Março de 1890.

periódica, a associação comercial e as autoridades locais uniram-se em protesto contra a «affronta» feita pela Inglaterra e desencadearam várias iniciativas. Além das tradicionais declarações patrióticas, organizaram-se manifestações em Angra do Heroísmo e na Praia da Vitória, e promoveram-se diversas acções para recolha de fundos para a subscrição nacional, desde récitas no teatro Angrense a subscrições abertas pelos párocos nas respectivas freguesias rurais. Os manifestantes que percorreram a cidade de Angra apuraram uma pequena quantia, mas considerada demonstrativa dos «sentimentos patrióticos do povo terceirense»²¹.

É notório, contudo, que as questões da política interna, tanto local como nacional, interessavam sobejamente mais os jornais terceirenses. Se em Fevereiro ainda se preocuparam em reagir ao *Ultimatum*, o tratado de 20 de Agosto e o *modus vivendi*, assinado em Novembro, passaram praticamente ignorados porque, entretanto, a imprensa local estava ocupadíssima com a batalha verbal contra a proposta de lei de 28 de Junho que preconizava a uniformização da moeda.

Por razões de ordem histórica que não cabe aqui explicar²², os Açores possuíam em circulação moeda de valor inferior à do reino, chamada moeda fraca ou insulana. Por várias vezes surgiram, ao longo do século XIX, projectos e propostas no sentido da uniformização da moeda, não só dos Açores como de outras regiões do Império português. Mas tais ideias encontraram, geralmente, nas ilhas açorianas uma forte oposição porque, entre outras razões menos decisivas, representaria uma sensível subida dos impostos pagos pelas populações. E, por isso, em 1890 a campanha desencadeada foi particularmente veemente em Angra e na Horta, capitais dos distritos que enfrentavam a crise agrícola mais grave. Em Ponta Delgada, não se via com bons olhos o agravamento dos impostos, mas, como a medida seria tomada pelo governo para financiar o desejado cabo telegráfico, as autoridades locais mostraram-se mais reservadas. Quando a proposta de lei foi suspensa pelo governo, cedendo à grande contestação feita por alguns sectores insulanos, a Câmara de Ponta Delgada

²¹ *A Terceira*, Angra do Heroísmo, 8 de Fevereiro de 1890.

²² Vide Maria Isabel João, *ob. cit.*, pp. 137-143.

enviou uma representação pedindo que a medida tomada não adiasse uma obra tão necessária²³.

É um facto, diversas vezes comprovado pelos acontecimentos históricos, que os terceirenses têm demonstrado, de modo geral, uma ligação mais forte à Pátria. No protesto lavrado pela imprensa periódica de Angra do Heroísmo relembavam-se os títulos que legitimamente nobilitam a cidade — Muito Nobre, Leal e Sempre Constante — e afirmava-se que «não podia ficar silenciosa ante essa affronta insolita contra a Patria, que sobretudo extremecemos»²⁴.

Há várias razões de ordem histórica que podem explicar esta posição sensivelmente diferente dos terceirenses no quadro regional. No plano político, importa salientar o papel desempenhado pela Terceira como sede da Capitania-Geral dos Açores, ponto de contacto directo e institucional com o centro do poder, e a glória de ter sido a capital do governo nacional durante o período liberal. Enquanto, ao nível económico, desde o papel de charneira da navegação atlântica que desempenhou durante a Idade Moderna, manteve sempre relações privilegiadas com o continente, a Madeira e as outras ilhas açorianas, ao contrário de S. Miguel que esteve mais voltada para o comércio com a Inglaterra, até ao início do último quartel do séc. XIX.

Por outro lado, e ao contrário dos outros distritos, a emigração da Terceira orientou-se, até quase ao final do século, na esmagadora maioria para o Brasil. Um destino que seguia a tradição iniciada no século XVI quando a primeira provisão régia procurava atrair colonos açorianos para as terras brasileiras²⁵.

A memória dos feitos políticos, a direcção das trocas comerciais e da emigração contribuíam, portanto, para manter as tradições e laços mais fortes com a Pátria. O século XX, com a emigração maciça para os Estados Unidos e a instalação da base americana, nas Lajes, não viria a alterar esse quadro, que serve como contraponto à tendência hegemónica de S. Miguel, no contexto regional, e de salvaguarda aos interesses terceirenses.

*

* *

²³ *Novo Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 21 de Fevereiro de 1891.

²⁴ *A Terceira*, Angra do Heroísmo, 8 de Fevereiro de 1890.

²⁵ J. Marinho dos Santos, *Os Açores nos séculos XV e XVI*, vol. I, DRAC-SREC, s.d., p. 140.

O mesmo já não se pode dizer da ilha do Faial que, no início dos anos noventa, enfrentava uma das mais graves crises sócio-económicas da sua história. Vivendo no quadro de uma economia precária, dependia da importação das subsistências para o consumo local. O distrito da Horta tinha conhecido alguma prosperidade, na primeira metade do século, com a exportação do afamado vinho do Pico, mas a doença das vinhas, em 1853, arruinou completamente o negócio. Depois disso, as ilhas do distrito ocidental ficaram limitadas a uma economia de subsistência e a cidade da Horta assentava no seu porto boa parte da respectiva actividade. A barra abrigada atraía muitos barcos que cruzavam o Atlântico para «refresco» e reparação de avarias.

Entre 1856-1880, o movimento das baleeiras americanas possibilitou mesmo um certo dinamismo²⁶. Mas, depois dessa data, o movimento do porto declinou inelutavelmente, porque os americanos abandonaram a caça da baleia nos mares dos Açores e o crescimento da navegação a vapor tornava as embarcações mais autónomas e resistentes para as viagens transatlânticas.

A presença das baleeiras americanas, durante os meses de Verão, constituía um enorme atractivo para a juventude insulana que procurava trabalho ou queria fugir ao indesejado recrutamento militar. Por isso, a ilha do Faial e as outras do respectivo distrito davam um contingente apreciável de mão-de-obra para as embarcações americanas e de emigrantes para os Estados Unidos.

Na cidade da Horta estabeleceu-se, em 1808, o cônsul John Dabney que veio a desempenhar um papel de relevo na economia e na sociedade faialense. Os Dabney montaram um armazém de material náutico para reparação de navios, com que fizeram fortuna, e estiveram presentes em praticamente todos os ramos da indústria local e do comércio com o exterior. A sua presença, aliada à forte emigração para os Estados Unidos, contribuiu decisivamente para uma grande simpatia popular pela América do Norte.

Por isso, enquanto em S. Miguel se preferia a Inglaterra e na Terceira, sem deixarem de criticar o «desprezo» da mãe-pátria pela sua sorte, se mantinham sólidos os laços com o continente, os faia-

²⁶ Marcelino Lima, *Anais do Município da Horta, História da Ilha do Faial*, Vila Nova de Famalicão, 1943, p. 396.

lenses diziam-se pró-americanos. De tal modo que, na representação contra a proposta de lei que preconizava a uniformização da moeda, manifestavam o desejo de estabelecer o protectorado americano ²⁷.

É compreensível, portanto, que o *Ultimatum* não tenha tido grande impacto local, limitando-se a imprensa a registar que se tinha constituído uma «comissão patriótica de senhoras e cavalheiros contra a espoliação inglesa» ²⁸.

*
* *

Em resumo, as reacções ao *Ultimatum* nas três capitais de distrito açorianas parecem ter ficado bastante aquém do movimento de exaltação patriótica que se viveu por todo o país. E, facto bem demonstrativo da falta de unidade regional, notam-se diferenças sensíveis na intensidade das demonstrações patrióticas naquelas cidades, as quais vão desde o desinteresse manifestado em Ponta Delgada, passando pela tibieza da Horta, até às manifestações de rua em Angra.

Não dispomos de notícias sobre o que se passou nas outras ilhas, mas deviam naturalmente espelhar as reacções das respectivas sedes distritais, com uma ou outra nota destoante, porque o individualismo ilhéu é muito arraigado nos Açores.

Os factores de ordem conjuntural explicam, em parte, a fraca repercussão do clima nacionalista que se viveu, no reino. O arquipélago enfrentava, naquela época, uma crise aguda, cujo reflexo mais dramático eram os elevados contingentes de pessoas que fornecia, anualmente, para a emigração.

Como consequência, na segunda metade do século XIX, na maioria das ilhas açorianas verificou-se um decréscimo da população e algumas, como o Pico e a Graciosa, chegaram a 1900 com menos efectivos do que em 1820 ²⁹. Só a ilha de S. Miguel registou um crescimento significativo, quase duplicando a respectiva população entre 1820 e 1900, tendo nesta última data perto de metade dos efectivos

²⁷ *A Evolução*, Angra do Heroísmo, 3 de Setembro de 1890.

²⁸ *Novo Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 8 de Março de 1890.

²⁹ Maria Isabel João, *ob. cit.*, p. 30.

totais do arquipélago. A ilha Terceira teve um aumento muito mais reduzido, ficando em termos populacionais a grande distância de S. Miguel (46 637 e 118 511 habitantes, em 1890, respectivamente).

Finalmente, é importante salientar que, precisamente, entre os censos de 1878-1890 os Açores registaram uma taxa de crescimento anual negativa (- 0.14). Enquanto o respectivo peso populacional no total do país não parou de descer, na segunda metade do século passado: se, em 1854, representavam 6,2% da população nacional, em 1900 quedavam-se por 4,7%. O número total de efectivos dos Açores era, então, de 256 291 habitantes.

A crise e, sobretudo, a dificuldade de construir alternativas viáveis para o desenvolvimento das ilhas geravam, como referimos, grande descontentamento. O que se traduzia pelo aparecimento na imprensa local de artigos que, além de verberarem a ineficácia dos governos, se referiam à Pátria como madrasta dos açorianos.

Outro aspecto pode, ainda, ter contribuído para tornar menos vigorosas as reacções ao *Ultimatum* nos Açores: a fraca implantação dos republicanos naquelas ilhas. Sabemos que no continente as oposições, e em particular a republicana, exploraram largamente este problema da política externa portuguesa, tornando-o também uma questão de política interna que fez cair governos e acentuar bastante o descrédito do regime monárquico³⁰.

Ora, nos Açores, os republicanos tinham uma reduzida expressão política e ainda menor impacte na incipiente opinião pública que se circunscrevia às três capitais de distrito e a algumas vilas, sedes de concelho, mais populosas. À semelhança do que se passou no continente, o republicanismo teve um certo impulso nas ilhas açorianas na sequência das comemorações do tricentenário de Camões, em 1880³¹. Justamente nessa década fundaram-se alguns Centros Republicanos nos Açores e começaram a publicar-se, nas capitais de distrito, os respectivos órgãos públicos.

³⁰ Vide Nuno Severiano Teixeira, *O Ultimatum Inglês, Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, 1990.

³¹ Vide Maria Isabel João, «A Festa Cívica, o Tricentenário de Camões nos Açores», in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Maio-Agosto de 1987, pp. 87-111.

Em Ponta Delgada, o jornal chamava-se *Republica Federal* e editou-se entre 1880-1888. Em Angra do Heroísmo designava-se *A Evolução* e, tendo sido fundado em 1884, continuou a sair regularmente nos anos noventa. Na Horta, sob o nome de *Democrata*, teve uma curta duração, de 1885 a 1886³².

Os republicanos açorianos defendiam, em geral, posições federalistas que mantiveram mesmo depois das posições dominantes dos seus homólogos do continente terem enveredado por outros caminhos mais próximos dos sentimentos populares. Por outro lado, eram grandes admiradores da República dos Estados Unidos e, por isso, *A Evolução*, único periódico republicano que se publicava ainda em 1890, não se coibia de afirmar nas suas páginas que aos Açores convinha a independência e o protectorado dessa potência³³. Quer isto dizer que, quando os republicanos do continente se tornaram arautos do mais estrênuo patriotismo, nos Açores os seus émulos defendiam, pelo contrário, a secessão de uma parte do território nacional, o que é bem significativo da especificidade da posição geopolítica do arquipélago.

Chegamos, deste modo, à última questão, que diz respeito aos laços que unem os açorianos à Nação onde estão inseridos. Esses laços são de ordem objectiva e subjectiva: os primeiros prendem-se com a etnogénese dos açorianos, a língua, as crenças e, de modo geral, com as características da sociedade; os segundos remetem para a forma como os açorianos sentem a sua relação com os outros membros da comunidade nacional e a consciência de serem, realmente, portugueses.

Quanto à origem dos açorianos punha-se a tónica, no século XIX, na presença de diversas nacionalidades no povoamento das ilhas. Esta tese foi apresentada logo, em 1822, na *Corografia Açorica* e Aristides da Motta, principal teorizador da autonomia dos Açores, retomou-a na apresentação do seu projecto ao parlamento, em 1892³⁴. Estudos posteriores vieram, pelo contrário, pôr a ênfase na importância dos portugueses, provenientes das várias partes do Reino,

³² *Arquivo dos Açores*, vol. VIII, pp. 513-526-535.

³³ *A Evolução*, Angra do Heroísmo, 17 de Setembro de 1890.

³⁴ *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa, 1892-1947*, Prefácio e notas de J. G. Reis Leite, Horta, 1987, p. 15.

na etnogénese dos açorianos e minimizar o contributo demográfico e cultural dos estrangeiros. Por isso, da sociedade às manifestações culturais mais comuns, os açorianos identificam-se, sem qualquer dúvida, com a Nação que povoou aquelas ilhas, o que levou Luís da Silva Ribeiro a enfatizar, em 1940, que «o povo açoriano é fundamental e exclusivamente português»³⁵. Mas, até ao final do século passado, parece não ter havido um conhecimento preciso desse facto, persistindo a ideia de uma diferenciação dos açorianos baseada também na sua origem.

Aristides da Motta defendeu que o modo de ser dos açorianos é «sensivelmente» diferente dos portugueses do continente, radicando no «insulamento», na acção do clima e nas relações com diversos povos, devidas à emigração, a razão principal dessa especificidade. É uma ideia que fez correr bastante tinta mais tarde, especialmente na década de trinta do presente século, e se tem revelado extremamente difícil de concretizar para além das observações impressionistas, sobre as quais há frequentes divergências³⁶.

Outros factores se nos afiguram mais decisivos, do que a citada diferença de modo de ser, para que os açorianos estabeleçam a diferença entre *nós* —açorianos— e os *outros* —continentais.

A descontinuidade territorial e a distância do continente associam-se a uma deficiente integração política e económica do arquipélago no contexto nacional. Vimos como S. Miguel menteve, durante décadas, relações privilegiadas com a Inglaterra e o Faial com a América do Norte. Por outro lado, frisámos a dificuldade que importantes mercadorias açorianas, como os cereais, os tabacos e o álcool industrial, tinham de enfrentar para serem escoadas para o mercado nacional. Não havia complementartidade, articulação de interesses, mas confronto e concorrência, geralmente, com desvantagem para os Açores.

Ao nível político-administrativo, as autoridades locais queixavam-se da morosidade das comunicações e da burocracia, decerto não menos

³⁵ Luís da Silva Ribeiro, *Obras*. I, *Etnografia Açoriana*, Angra, 1982, p. 242.

³⁶ Vide Maria Isabel João, «Unidade Nacional/Diversidade Regional: o Caso dos Açores», in *Discursos. Estudo de Língua e Cultura Portuguesa*, n.º 3, Lisboa, Universidade Aberta, Fevereiro de 1993.

paralisante. Além disso, é preciso não esquecer que a oligarquia insulana ressentiu-se da progressiva perda da autonomia típica do Antigo Regime, como resultado da implantação do Estado liberal. E não deixou, por isso, de fazer coro com as representações que, periodicamente, protestavam contra os códigos administrativos mais centralizadores, à semelhança do que se passava noutras regiões do continente.

Mas, aspecto decerto não menos significativo, os açorianos tinham consciência que eram vistos pelo poder central e a elite do continente como uma espécie de excrescência do rectângulo ibérico. O estatuto de Ilhas Adjacentes distinguia-as das restantes colónias, mas nem por isso as assimilava plenamente ao Reino. Deste modo, havia campo para persistir um patriotismo local bem vincado, referindo-se a terminologia da época ao Reino como «metrópole» e aos Açores, bastas vezes, como «pátria».

Aristides da Motta, na esteira de uma opinião bastante generalizada naquele século, afirma que «os sentimentos de solidariedade entre os Açores e a metrópole não existem consciente ou inconscientemente na grande massa da população açoriana»³⁷. Considera que somente o pequeno grupo das «pessoas cultas», com a instrução secundária ou superior, possuía a ideia de Nação, devido ao estudo da língua, da história literária e política do país.

Seja ou não verdadeiro este juízo, que se torna difícil de avaliar à distância de um século, o que parece ser um facto é que a própria elite açoriana, pelo menos aquela que expressava publicamente as ideias na imprensa local, assumia uma posição relativamente à nacionalidade, com frequência, ambígua. A nota saliente das atitudes mais vulgares consistia em defender, acima de tudo e todos, a terra açoriana e, numa escala ainda mais limitada, a respectiva ilha, sentindo-se em relação ao berço da Nação, no mínimo, um certo distanciamento.

Podemos, por isso, concluir que os laços de solidariedade se escalonavam de forma concêntrica, partindo da ilha para o arquipélago e, num plano menos sensível, para a comunidade nacional. Pelas

³⁷ Aristides Moreira da Motta, *Para a História da Autonomia Administrativa dos Açores, Documentos Inéditos*, Ponta Delgada, 1905, p. 20.

múltiplas razões já apontadas e, de modo evidente, em períodos de crise, os laços de solidariedade que uniam as ilhas açorianas à Nação onde estão historicamente integradas, com algumas *nuances* entre elas, tendiam a ser «ténues», segundo a expressão utilizada por Eugénio Pacheco, em 1896³⁸. E essa é, certamente, a razão que faltava no quadro que procurámos construir para explicar as reacções ao *Ultimatum*, nos Açores.

³⁸ *O Preto no Branco*, Ponta Delgada, 17 de Dezembro de 1896.